



O ATUAL PROCESSO DE HIGIENIZAÇÃO SOCIAL NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS-MA: analisando o Projeto Reviver

Rickson Pablo Sá Pinto¹

ricksonxpablo@gmail.com

Matheus Abreu Gomes²

matheusabreu099@gmail.com

1. Introdução

O Centro Histórico de São Luís está localizado na ilha do Maranhão, na baía de São Marcos. Seu núcleo original, fundado pelos franceses em 1612, foi implantado na cabeça de uma península formada na confluência dos rios Bacanga e Anil e caracteriza-se pela arquitetura civil de influência portuguesa, bastante homogênea. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) o Centro Histórico de São Luís reúne cerca de quatro mil imóveis que, remanescentes dos séculos XVIII e XIX, possuem proteção estadual e federal. Segundo CARVALHO (2012), como resultado do processo de valorização turística, o espaço urbano do Centro Histórico de São Luís vem sofrendo um processo de enobrecimento de determinadas áreas. Atualmente, os casarões coloniais tornaram-se sedes de órgãos das administrações públicas estaduais e municipais ou foram refuncionalizados (iniciativa privada), passando a abrigar equipamentos relacionados ao turismo, tais como agências de viagens, casas de cultura e museus, bares, restaurantes etc. Durante o governo Eptácio Cafeteira Afonso Pereira, as intervenções urbanísticas efetuadas no Centro Histórico passaram então a ter como epíteto o nome de Projeto Reviver. O Centro Histórico de São Luís foi tombado pelo IPHAN em dois momentos: em 23 de dezembro de 1953 e em 13 de março de 1974. Definiu-se uma área de 90 hectares onde existem mais de mil edificações consideradas de valor histórico e paisagístico, compreendendo os bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão, além de algumas praças. Na década de 1970, em função de alguns programas governamentais, foram se estruturando algumas intervenções visando a restauração de alguns imóveis mais expressivos. Finalmente, através do Plano Diretor Urbanístico de 1992 (Lei Municipal no. 2.352, de 29 de



dezembro de 1992), o Centro foi dividido em duas grandes zonas de proteção: a ZPH (Zona de Proteção Histórica), que abrange as duas áreas protegidas pelos tombamentos federal e estadual; e a ZPH2, que corresponde às áreas de entorno e preservação ambiental do Aterro do Bacanga e do Parque do Bom Menino. O objetivo desta pesquisa é entender os desdobramentos das políticas de gentrificação atuantes no Reviver. O trabalho pretende atender os objetivos propostos, visando relatar aspectos encontrados da realidade vivenciada no ambiente em análise com comprometimento e seriedade

2. Metodologia

A presente pesquisa foi desenvolvida com base no método Materialismo Histórico e Dialético, que segundo definido por Lefebvre (1983, p. 171 apud SPOSITO, 2004, p. 41) como aquele em que “os pesquisadores confrontam as opiniões, os pontos de vista, os diferentes aspectos do problema, as oposições e contradições; tentam elevar-se a um ponto de vista mais amplo, mais compreensivo”. No decorrer da realização do presente trabalho, buscou-se relacionar o que foi observado e analisado junto a bibliografia referentes ao tema em debate, considerando os elementos que foram apresentados e discutidos no decorrer da pesquisa, utilizando conversas com alguns frequentadores, além de observações de campo, tendo como base preceitos qualitativos e quantitativos da realidade estudada.

3. Resultado e Discursões

Em sua historicidade, o conceito de gentrificação surgiram pela primeira vez com a socióloga britânica Ruth Glass (1964) que durante análise das transformações imobiliárias que estavam acontecendo em determinados distritos londrinos, evidenciava um fenômeno urbano que resultaria na expulsão de moradores de baixa renda de determinadas áreas em face das transformações urbanas que ocorriam com a chegada de novos empreendimentos e investimentos imobiliários, gerando novos hábitos sociais, culturais, físicos e econômicos e consequentemente um novo perfil de morador, geralmente de alta renda. (BARBOSA, 2017, p. 28). Na definição de Glass para a gentrificação, esta corresponderia ao conjunto de dois fatores observados em determinada área: (i) um processo de desalojamento de residentes pertencentes



ao proletariado, substituídos por grupos oriundos de classes sociais mais altas e (ii) um processo de reabilitação física destas áreas.

A segregação, a partir da perspectiva econômica, divide ricos e pobres (e, também, rendimentos médios – como se defende aqui); enquanto que a gentrificação dá conta de uma substituição de uma população, em uma área, por outra de maiores rendimentos. As consequências da gentrificação são novas segregações. Nesses processos que interferem no espaço urbano estão a “participação tanto do Estado – com suas obras públicas – quanto da iniciativa privada – com seus investimentos no espaço construído.” (VALENÇA, 2006, p. 186 apud MEDEIROS, 2018, p. 34). É importante lembrar que a gentrificação é diferente de segregação, porém se acrescenta na discussão tendo em vista a questão socioespacial e econômica de um determinado bairro. Entretanto, esses termos caminham lado a lado, pois aonde se encontra a gentrificação também se verifica segregação, pois um processo não mascara o outro, só o amplifica demonstrando as disparidades encontradas no espaço urbano. Lembrando que a segregação, seja ela social ou econômica, também é um elemento complementar no que se refere ao desenvolvimento geográfico desigual às diferenças territoriais, sendo a principal expressão da exclusão social na cidade

A gentrificação dos espaços centrais, caracterizou-se para além das áreas centrais, deixando de ser anomalia local e esporádica para uma estratégia global a serviço do urbanismo neoliberal dos interesses da produção capitalista e social dominante no mundo urbano. (VILLAÇA, 1998, p. 18 apud BARBOSA, 2017, p. 29).

Os espaços e serviços públicos da cidade devem cumprir com suas funções para a população de forma geral, de modo que todos possam usufruir de maneira adequada e igualitária. Porém, a lógica do capital é conflitante com os aspectos da igualdade, e, sendo o Poder Público simpatizante dessa lógica, o espaço se constrói, se modifica e se configura em moldes da contradição e da desigualdade.

A Praia Grande, sítio urbano de São Luís, por muito tempo foi um espaço com funções espaciais, sociais e econômicas distintas das quais os investimentos e projetos públicos, atualmente, propõem. Tendo como foco o projeto de revitalização do Centro Histórico, o Projeto Reviver, o objetivo de revitalizar o espaço histórico e cultural a partir de reformas, serviços e infraestrutura alinha-se a uma metodologia que não considera os interesses de toda a sociedade, exclusivamente não considera as noções de revitalização da população mais pobre.



É importante ressaltar que o Projeto Reviver é um misto de investimentos e interesses que se iniciaram na década de 70 e foram intensificadas e praticadas ao longo dos governos que assumiram os cargos públicos.

Em aproximadamente 50 anos o espaço que vem sendo modificado constantemente presenciou um fenômeno dito: gentrificação. A gentrificação é um fenômeno perverso e segregador que ofusca a realidade histórica e social do espaço. O espaço guarda em suas paisagens os registros históricos marcados ao decorrer do tempo, fato importante para compreender o espaço como um lugar, para entender as lutas e as conquistas geradas naquele espaço, fazendo jus a observação de HARVEY (2005) de que as cidades têm cada vez mais se tornado cidades “de fragmentos fortificados”

O fenômeno da gentrificação homogeneiza o espaço a fim de apagar os fatos históricos e sociais que outrora compunham o espaço. Dessa forma o espaço em questão recebe investimento que melhoram a infraestrutura do local, a partir, por exemplo, de acessibilidade, policiamento, serviços bancários, pavimentação, reformas paisagísticas e etc. que consequentemente atrai novos investimentos de serviços e comércio. A primeira impressão parece ser algo benéfico e estimulante para o desenvolvimento do local, mas o que vem junto com a gentrificação é a elitização do espaço, o espaço após receber tais benefícios públicos passa a receber novas funções, funções as quais apenas uma pequena parcela da sociedade pode usufruir. No caso do centro histórico, em destaque, bares, restaurantes e pousadas, para frequentadores de um poder aquisitivo considerável, além do alinhamento dos órgãos fiscalizadores e executivos da segurança pública contribuírem para a descriminalização de quaisquer outras atividades que não sejam voltadas ao grupo seletivo ao qual o espaço se propõe a atender.

No que diz respeito ao Projeto Reviver a mercantilização do espaço tem parceria com um projeto turístico, a fim de tornar o espaço histórico, turístico, porém sem promover a real historicidade do espaço (que compreende, também, a atualidade) apresentando ao turista uma fábula harmoniosa. De forma, simples, a exemplificar a situação. O espaço se relaciona com os diferentes grupos de frequentadores de maneiras distintas (para caráter de exemplo pode-se adotar três fatores mobilidade, segurança e consumo de produtos materiais e imateriais). A população a qual o Projeto é voltado, conta com uma diversidade de elementos culturais pagas, onde pode-se desenvolver as mais variadas experiências humanas, tudo isso atrelado à uma



infraestrutura do próprio estabelecimento em que se frequenta e também dos serviços públicos que estão à disposição. Esse público, possui condições de se locomover até o centro histórico por meios próprios, há a disponibilidade de um estacionamento público e privativo para a acomodação de seu veículo, há também o suporte do policiamento militar para que esse público usufrua do espaço com o máximo de segurança possível.

Para entender, minimamente a situação do outro polo da população a análise inicia-se pela relação que a segurança pública tem com a elite que ali frequenta. Baseado em conceitos pré-estabelecidos e estereótipos, a polícia tem como um possível suspeito de investir contra a segurança dos frequentadores dos estabelecimentos mais elitistas, pessoas que distinguem do padrão comportamental e visual daqueles que ali frequentam, em outras palavras, em grande maioria, o jovem negro e periférico é constantemente discriminado e sujeito a sucessivas abordagens, algumas de forma constrangedora e tipicamente preconceituosas.

No quesito mobilidade, em grande maioria, esses dependem tipicamente do transporte público que traz consigo um outro desafio, a de chegar ao espaço do qual se trata e retornar a sua residência, uma vez que a quantidade e a qualidade das linhas rodoviárias são limitadas a horários e localidades, sem entrar no mérito da discriminação sofrida nos próprios coletivos, impedindo muitas vezes que o passageiro embarque. Em consideração ao consumo, os frequentadores não elitistas dependem de iniciativas públicas culturais para poderem usufruir de festivais e eventos gratuitos, além de contar com o trabalho de vendedores ambulantes para poderem consumir alimentos e produtos. De forma destacável pode-se citar a ausência de banheiros públicos, o que faz valer a frase em que diz: violência gera violência, ou seja, a ausência de um serviço básico sanitário (uma violência), ocasiona em depreciação do espaço público, nesse exemplo por meio da realização de necessidades fisiológicas em espaços não destinados ao ato (outra forma de violência). Simultaneamente os frequentadores dos espaços privados possuem acesso banheiros em que são garantidos seus direitos básicos.

4. Considerações Finais

A gentrificação nos revela que o processo de urbanização de São Luís é contraditório, desigual e cheio de complexidades, escancarando as desigualdades geográficas e as diferenças, que podem ser encontradas na maioria dos bairros da cidade, refletindo e impondo o modo vida



de cada habitante. Os fatores econômicos e sociais são de extrema importância para que esse processo se intensifique cada vez mais, reproduzindo-se de acordo com a lógica capitalista estabelecida dentro dos parâmetros globais e locais. De maneira geral, baseando-se nesses elementos e perspectivas é possível dar início a uma discussão profunda e complexa (e identificar novos elementos) sobre os fenômenos segregadores que ocorrem no Centro Histórico, a partir, principalmente de projetos oriundos daqueles que tem como função tornar o espaço igualitário e acessível para todos, garantindo a população o direito à cidade. Além disso, ajuda a compreender a gênese de questões sociais que estão presentes no local, como racismo, homofobia e machismo, uma vez que todos esses estão diretamente ligados a lógica do capital, que segrega e seleciona, e portando, gentrifica.

Referências

BARBOSA, Antônio Carlos Leite. **Gentrificação e expansão urbana em São Luís**. In: Revista Espacios. V. 38, nº 17, 2017, pp. 22 – 23 – 28.

CARVALHO, K. D. **Análise do Modelo de Preservação do Centro Histórico de São Luís do Maranhão: Uso social e uso turístico**. Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica, Vol. 14 - nº 2 - p. 196–213- / mai-ago 2012.

GLASS, R. **London: Aspects of Change**. London: Centre for Urban Studies/MacGibbon and Kee, 1964.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo, Editora Annablume, 2005.

MEDEIROS, Amanda Kellen Silva de. **Exclusão social e projetos habitacionais: um estudo sobre conjuntos habitacionais, segregação e exclusão social em Natal/RN**. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: FAPESP, 2001.

VALENÇA, Márcio Moraes. Cidades ingovernáveis? **Ensaio sobre o pensamento harveyano acerca da urbanização do capital**. In: SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (Org). Panorama da geografia brasileira. São Paulo: Annablume, 2006.